



PEC do Orçamento Impositivo é aprovada e volta à Câmara

Graças a um acordo de líderes para a dispensa de prazos, proposta foi aprovada ontem, com modificação, na Comissão de Constituição e Justiça e em dois turnos no Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem, em dois turnos, a PEC do Orçamento Impositivo. Como foi modificado pelo relator, Esperidião Amin, o texto terá que voltar para a análise dos deputados, com previsão de celeridade na tramitação, graças a um entendimento dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia. Um requerimento assinado por todos os líderes reduziu prazos e permitiu que a proposta fosse aprovada no mesmo dia pela Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, pelo Plenário. Para Davi, a proposta representa o início do pacto federativo. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Entre Marcos do Val e Lucas Barreto, Davi Alcolumbre comanda a sessão que aprovou em dois turnos a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo

Israel e OCDE são temas de audiência hoje com Araújo **2**

PM e bombeiro militar poderão acumular cargos **5**

Avança aumento de limite de renda para receber BPC **6**

MP sobre empresas de energia recebe aval de colegiado **7**

Relator rejeita fim da cota por gênero em eleição



Waldemir Barreto/Agência Senado

José Serra e Rose de Freitas, autor e relatora do projeto, que vai à Câmara

Senado aprova auxílio-creche para família de baixa renda

O Plenário aprovou ontem projeto que permite aos municípios e ao Distrito Federal pagar auxílio financeiro para que famílias de baixa renda possam matricular crianças com até 5 anos de idade em creches privadas, caso não haja vagas em instituições públicas. O texto autoriza a criação do programa se houver recursos disponíveis. **3**

Gerente da Vale nega que tenha pressionado auditoria por laudo

Em depoimento à CPI de Brumadinho, o gerente de Geotecnia Corporativa da Vale, Alexandre Campanha, negou ontem que tenha pressionado a empresa de engenharia Tüv Süd para obter laudo atestando a estabilidade da barragem que rompeu em janeiro, causando a morte de pelo menos 217 pessoas. **4**



Felipe Wernick/Ibama

O rompimento matou pelo menos 217 pessoas e deixou 87 desaparecidos

O parecer de Fabiano Conratarato, pela rejeição do projeto que revoga a reserva de 30% de vagas por gênero em candidaturas proporcionais, foi lido ontem na Comissão de Constituição e Justiça pelo relator. O projeto abrirá a pauta da próxima reunião da CCJ. **6**

Prevenção ao suicídio terá política nacional

O Plenário aprovou ontem criação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. O projeto, que passou pelo aval da Comissão de Assuntos Sociais, estabelece atendimento telefônico gratuito e notificações compulsórias de tentativas de suicídio. **8**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Araújo falará a colegiado hoje sobre Israel e OCDE

Ministro vai prestar esclarecimentos à Comissão de Relações Exteriores sobre o tratamento a pontos da política externa brasileira que, para alguns senadores da comissão, podem ser prejudiciais ao país

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Ernesto Araújo, comparece hoje à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir a posição brasileira sobre questões como as relações com Israel e as negociações acerca de um eventual ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A pedido de Esperidião Amin (PP-SC), Araújo deverá explicar a mudança do posicionamento histórico do Brasil no Conselho de Direitos Humanos da ONU em relação às responsabilidades de Israel diante da situação palestina.

O senador menciona no requerimento que o Brasil rejeitou uma resolução que reconhecia violações e crimes em território palestino, entre os quais os cometidos por Israel na Faixa de Gaza no

ano passado. O Brasil também posicionou-se contrariamente a outra resolução que apontava violações de direitos humanos na ocupação das colinas de Golã (território da Síria ocupado por Israel) e absteve-se na resolução que tratou de assentamentos israelenses em terras palestinas ocupadas.

“O Brasil foi o único país latino-americano a votar contra essa resolução. A partir de 2019, quando esse conselho da ONU trata de situações concretas de violações, nosso país ou se abstém ou mantém posição contrária à condenação de atos violatórios. As posições brasileiras reclamam explicações claras do chanceler”, afirma Esperidião Amin.

O ministro também deve ser questionado sobre as negociações para a entrada do Brasil na OCDE. O requerimento é de Jaques Wagner (PT-BA),

que criticou o posicionamento recente do presidente Jair Bolsonaro em encontro com o presidente dos EUA, Donald Trump.

Para o senador, ao aceitar renunciar ao tratamento especial que tem na Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca de apoio para entrar na OCDE, o Brasil rompe com posições históricas de articulação com outros países em desenvolvimento. Além disso, ele defende que a eventual troca será prejudicial para a indústria, para a agricultura e para o setor de serviços.

— Seremos pressionados a reduzir a proteção tarifária em toda a tarifa externa comum [do Mercosul]. Teremos que negociar com todos os parceiros de Mercosul, afinal somos parte desta união aduaneira. A redução das tarifas será devastadora para setores da indústria que ainda não são muito competitivos.

Veneziano Vital do Rego (PSB-PB) lembrou que a diretriz já foi criticada pela própria ministra da Agricultura, Tereza Cristina. Já Soraya Thronicke (PSL-MS) defendeu que o Brasil precisa ser mais cauteloso e preservar as boas relações comerciais que tem com a China.

— São nossos grandes parceiros. Só em 2018 compraram US\$ 75 bilhões da gente, tivemos um superavit de US\$ 40 bilhões — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

Marcelo Castro foi indicado pelo MDB, que tem a maior bancada da Casa

Marcelo Castro será presidente da Comissão de Orçamento

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ontem que o novo presidente da Comissão Mista de Orçamento será o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Davi explicou que, pelo rodízio entre Câmara e Senado, um senador tem o direito de presidir a CMO este ano. Ele acrescentou que, por ter a maior bancada, o MDB tem a prerrogativa da indicação.

Davi disse ainda que encaminharam aos líderes partidários o pedido para que façam as indicações para a instalação da CMO.

Composto por deputados e senadores, o colegiado tem a tarefa emitir parecer sobre os projetos orçamentários, além de examinar as contas apresentadas pelo presidente da República e acompanhar a fiscalização orçamentária.

Humberto Costa critica atual política externa

Humberto Costa (PE) classificou de “hiperideologizada” a política externa do governo Bolsonaro. Segundo ele, o governo deixou de lado a tradição e o pragmatismo da diplomacia brasileira e aliou-se aos interesses dos Estados Unidos, ao que ele chamou de “feroz anticomunismo”.

O senador ainda criticou a decisão de criar um escritório comercial em Jerusalém. Isso significa, na opinião dele, tomar lado em uma disputa que não convém aos interesses brasileiros.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário anuncia debate com ministro da Venezuela

Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Venezuela, Telmário Mota (Pros-RR), disse ontem que o colegiado se reunirá com o chanceler da Venezuela, Jorge Arreaza. Na avaliação do senador, a confirmação do encontro pode ser entendida como uma tentativa inicial de restabelecer relações comerciais, sociais e culturais entre a Venezuela e o Brasil, mais especificamente, com Roraima.

De acordo com Telmário, a previsão é de que o encontro ocorra na próxima semana.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Ernesto Araújo dará explicações à comissão sobre a política externa

Projeto garante direitos a crianças em adoção

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa projeto que garante à criança e ao adolescente em processo de adoção direitos ao uso do sobrenome dos adotantes como nome social, à matrícula em escolas públicas e à continuidade nos atendimentos prestados durante estadia em instituições de acolhimento.

Da senadora Leila Barros (PSB-DF), o PL 1.535/2019 altera o Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA) para determinar que, no período de habilitação, o adotado possa fazer uso do sobrenome do adotante mesmo antes da alteração dos documentos.

“O adotado precisa de estímulos para criar uma melhor associação ao novo sobrenome. Esses estímulos ocorrem principalmente na escola, no período de alfabetização, ou quando a criança ou o adolescente constata em seu caderno

e nos trabalhos escolares o seu nome vinculado ao sobrenome do adotante, o que gera segurança, afeto e maior vínculo familiar”, justifica Leila.

A alteração dos documentos, porém, só poderá ser feita após a conclusão do processo legal. O texto prevê garantia da continuidade nos serviços públicos, hospitalar, psicológico, odontológico prestados a crianças ou adolescentes no período de acolhimento institucional.

Renilde toma posse prometendo lutar por Alagoas

Suplente do senador licenciado Fernando Collor (Pros-AL), tomou posse ontem a senadora Renilde Bulhões (Pros-AL).

— Na condição de mulher e sertaneja reafirmo meu empenho em servir a minha terra. Diariamente vou continuar a me dedicar para corresponder às expectativas do povo alagoano — prometeu a senadora,

que deverá permanecer no cargo por 120 dias, durante a ausência de Collor.

Médica obstetra, Renilde foi prefeita de Santana do Ipanema (AL) por dois mandatos, de 2005 a 2012. Atualmente exercia o cargo de secretária de Governo na gestão do prefeito Isnaldo Bulhões, seu marido, também em Santana do Ipanema.



Médica, Renilde era secretária de Governo em Santana do Ipanema

Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CDH Mulher com deficiência
9h Entre 29 itens, o PLC 96/2017, que obriga informação sobre deficiência da mulher vítima de agressão doméstica.

CMA Madeira em obra pública
9h O PLS 234/2016, que exige comprovação de origem da madeira usada em obras públicas, é um dos 11 itens.

MP 863/2018 Capital de fora em aéreas
9h30 A comissão analisa requerimentos.

CRE Debate com chanceler
10h Audiência com Ernesto Araújo para discutir rumos da política externa. Após, pauta de 7 itens.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
11h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Senado aprova PEC do Orçamento Impositivo

Proposta foi votada ontem na Comissão de Constituição e Justiça e no Plenário, em dois turnos. Como foi modificado pelos senadores, texto volta para a Câmara dos Deputados

O SENADO APROVOU ontem, por 59 votos a favor, 5 contrários e nenhuma abstenção, a proposta de emenda à Constituição que determina a execução obrigatória de emendas de bancada. Um requerimento assinado por todos os líderes permitiu a redução de prazos para que o texto, aprovado também ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fosse votado em dois turnos pelo Plenário.

Como houve modificação na proposta, relatada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), a PEC volta para a análise dos deputados, com previsão de celeridade na tramitação, conforme entendimento entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia.

Uma emenda de bancada é uma emenda coletiva, de autoria das bancadas dos estados e do Distrito Federal para atender os interesses dessas unidades da Federação com obras e serviços. Entre as alterações de Esperidião Amin, está a retirada do termo “caráter estruturante”, que condicionava o atendimento às mais diversas necessidades e prioridades de uma determinada região. Assim, o regime de execução obrigatória será aplicado a todas as emendas de bancadas estaduais indis-

tintamente, e não somente a um subconjunto delas.

Percentual

Um acordo com o governo levou o relator a incluir no texto a previsão de um escalonamento na execução das emendas de bancada, que será de 0,8% da receita corrente líquida (RCL) em 2020 e de 1% a partir do ano seguinte. Com o escalonamento, o Executivo poderá se adaptar à execução obrigatória no Orçamento. Apenas com as emendas de bancada, cada estado terá mais R\$ 300 milhões, chegando a R\$ 1 bilhão no prazo de três anos.

— Ao estabelecermos a emenda coletiva de bancada do estado como o polo gerador e o polo que vai repartir receitas e permitir despesas nas unidades federadas, nós estamos fazendo, sim, uma evolução federativa — avaliou o relator.

Alteração

Mas Esperidião Amin retirou da proposta uma mudança no artigo 166 da Constituição, que tornaria todo o Orçamento da União impositivo.

A maioria dos senadores defendeu a ampliação do Orçamento impositivo como instrumento moralizador da distribuição de recursos, acabando com a prática do



Observado por Davi Alcolumbre e Rodrigo Pacheco (mesa), Esperidião Amin explica o relatório da PEC em Plenário

“toma lá dá cá”, a negociação de emendas do governo com parlamentares para influenciar o resultado das votações.

— Evitando o fisiologismo, evitando a compra de voto, porque agora o governo federal vai ter que cumprir a determinação constitucional porque nós caminhamos unidos — destacou Simone Tebet (MDB-MS).

Eduardo Braga (MDB-AM) disse apostar na liberação de verbas de emendas para a melhoria do escoamento da produção agrícola e a geração de emprego e renda. Omar Aziz (PSD-AM), Vanderlan Cardoso (PP-GO) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) de-

fenderam investimentos nos municípios e no andamento de obras paradas.

Já Major Olimpio (PSL-SP), que a princípio era contra a PEC, em atenção ao cumprimento do teto de gastos, votou a favor da proposta após ouvir os colegas e a manifestação positiva do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— Se é o fim do toma lá, dá cá, não há mais motivação de não avançarmos com pautas fundamentais ao nosso país — afirmou.

Contrários à proposta, Alvaro Dias (Pode-PR), Oriovisto Guimarães (Pode-PR) e Flávio Arns (Rede-PR) apontaram a urgência da aprovação de uma reforma fiscal e tributária para reduzir o déficit primário e melhorar a distribuição de renda.

— Não vejo essa proposta como o início da reforma do sistema federativo. Ao contrário, ela sinaliza a desorganização que há. Ela aponta para as injustiças na distribuição dos recursos públicos arrecadados de forma significativa em função de um modelo tributário que esmaga o setor produtivo nacional e a economia do país

— disse Alvaro.

Pela manhã, na CCJ, Esperidião Amin explicou que mudou o texto para afastar a possibilidade de tornar também obrigatória a execução de outras emendas coletivas, como as das comissões temáticas.

— Faço essa diferença para dizer que, a meu ver, só as [emendas] coletivas de bancada passam a ser impositivas, e isso está aclarado no texto.

O relator acatou pedido do líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e incluiu a exigência de que as bancadas repitam as emendas anualmente, até a conclusão das obras.

Alguns senadores afirmaram que estados e municípios podem ganhar com a aprovação da PEC, que dá maior autonomia ao Congresso na definição da aplicação de recursos públicos.

— A aprovação da PEC garantirá uma redução da desigualdade regional durante a sua vigência, porque estabelece um percentual para todos os estados da Federação — disse Eduardo Braga (MDB-AM).

Davi defende diálogo do governo com o Congresso

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, elogiou a tramitação rápida da PEC do Orçamento Impositivo. Ao chegar à Casa, antes mesmo da aprovação da proposta, ele disse que a análise da PEC foi uma vitória do Congresso e já representa o

início do pacto federativo.

— A Câmara e o Senado dão uma demonstração de que essa pauta da descentralização de recursos também é uma pauta do Congresso Nacional.

Davi também elogiou o gesto de aproximação do

presidente Jair Bolsonaro, que propôs se reunir com ele e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

— Estarei totalmente aberto para o diálogo e entendimento. Quem me conhece sabe que sou um político do diálogo e do entendimento.

Auxílio-creche para família de baixa renda segue para a Câmara

O Senado aprovou ontem projeto que permite aos municípios e ao Distrito Federal pagar um auxílio financeiro para que famílias de baixa renda possam matricular crianças de 0 a 5 anos em creches privadas. A autorização é válida apenas quando não houver vagas suficientes nas instituições públicas. O PLS 466/2018 segue para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), os prefeitos e o governador do DF ficam autorizados a criar o programa, desde que existam recursos disponíveis. O auxílio será distribuído aos beneficiários do Bolsa Família que tenham crianças de 0 a 5 anos e

que não estejam matriculadas em unidades de ensino da rede pública ou conveniada. Só estarão aptas a receber o benefício as famílias cujos pais não contam com auxílio-creche ou pré-escolar das empresas em que trabalham.

No Plenário, Cid Gomes (PDT-CE), que havia pedido o adiamento da votação na terça-feira, voltou a se manifestar contra o texto. Ele disse que o projeto não prevê recursos para que os prefeitos possam fazer esse investimento. Além disso, afirmou que a distribuição de vouchers em vez de vagas na rede pública abre espaço para desvios.

— O que se poderá, a partir desse projeto, é permitir que

maus gestores, mal-intencionados, abram mão de investir em redes públicas de ensino, que têm toda uma regulação, que têm todo um acompanhamento do ministério, das secretarias de Educação, para investir dinheiro em arapucas — criticou o senador, que classificou o texto como danoso à educação infantil.

Humberto Costa (PT-PE) reconheceu o mérito do projeto, mas lembrou que o texto não amplia os recursos para o financiamento da educação infantil.

— Muito embora seja um projeto autorizativo, aqueles municípios que desejarem adotar essa prática terão que se autofinanciar sem terem,

inclusive, recursos.

Serra, autor do projeto, salientou que 34% das crianças entre 0 e 3 anos não frequentam estabelecimentos de educação infantil porque não há vagas. Para ele, o principal objetivo do projeto é combater o círculo vicioso da pobreza.

— Disso é que se trata: criança fora de creche, com escola deficiente e de família pobre será pobre. Isso cria o círculo em que a pobreza gera pobreza — argumentou.

Vários senadores que já foram prefeitos, como Vanderlan Cardoso (PP-GO), Nelsinho Trad (PSD-MS) e Simone Tebet (MDB-MS) lembraram as dificuldades que enfrentaram para atender à necessidade de

vagas em creches. Para eles, o projeto é positivo, já que possibilita aos prefeitos atender às famílias carentes com a segurança jurídica de não enfrentar processos por isso.

— O prefeito vai estar isento de qualquer ação judicial porque vai estar respaldado por uma lei federal, aprovada pelo Congresso — afirmou Simone.

A senadora destacou que o projeto não cria novas despesas obrigatórias aos municípios.

A relatora, Rose de Freitas (Pode-ES), afirmou que o projeto contempla famílias que precisam da atenção pública e é uma parte importante da agenda de projetos que beneficiam as mulheres.

Gerente da Vale nega ter pressionado auditoria

Alexandre Campanha prestou depoimento ontem à CPI que investiga o rompimento de barragem em Brumadinho, em Minas Gerais. Outras duas testemunhas ficaram caladas

O GERENTE DE Geotecnia Corporativa da Vale, Alexandre Campanha, negou ter feito qualquer tipo de pressão sobre a empresa de engenharia Tüv Süd para obter laudo atestando a estabilidade da barragem que rompeu em Brumadinho (MG). Ele prestou depoimento ontem na CPI que investiga a catástrofe, ocorrida em 25 de janeiro. Além de soterrar centenas de pessoas, o rompimento da barragem de rejeitos tóxicos de mineração da Vale destruiu o Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco. Os últimos números apontam 217 pessoas mortas e 87 desaparecidas em meio à lama.

Campanha chegou a ser preso temporariamente, depois de ter sido acusado de coação pelo auditor da Tüv Süd Makoto Namba. O auditor também foi convocado na condição de testemunha pela CPI, mas exerceu o direito de ficar calado, garantido por um habeas corpus obtido no Supremo Tribunal Federal (STF).

— Nunca fiz nenhuma pressão ao senhor Namba e nunca me reuni com nenhum funcionário da Tüv Süd de forma isolada. Em 30 de janeiro, durante depoimento

à força-tarefa da polícia e do Ministério Público mineiros, Namba não citou nenhuma pressão. Posteriormente, em 1º fevereiro, ele disse ter se sentido pressionado por uma pergunta que eu lhe tinha feito. Já num outro depoimento, em 25 de fevereiro, ele afirmou que entendeu a minha pergunta como sendo uma pressão, embora tivesse assinado o laudo com base em critérios técnicos — explicou.

Prazo

Campanha disse que havia apenas perguntado a Namba, durante uma reunião, se a Tüv Süd já tinha um posicionamento sobre a declaração da condição de estabilidade exigida por portaria do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

— O motivo de minha pergunta foi porque o prazo legal estava se encerrando.

O relator, Carlos Viana (PSD-MG), e o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), indagaram sobre a presença do refeitório e de outras instalações abaixo da barragem. O gerente da Vale respondeu que toda intervenção ou obra no complexo



O gerente da Vale Alexandre Campanha depõe na CPI, presidida por Rose de Freitas e relatada por Carlos Viana

precisa ser autorizada pela área técnico-operacional da mina.

— Quem tinha que tomar a decisão sobre retirar ou não era o gerente operacional da mina, que infelizmente veio a falecer no acidente. Acima dele, fica o gerente executivo e, depois o diretor de operação.

Silêncio

Além de Namba, outro auditor da Tüv Süd Brasil que prestaria depoimento, André Yassuda, também ficou em silêncio e foi dispensado pela

presidente da CPI, Rose de Freitas (Pode-ES).

Já a engenheira da Tractebel Engineering Ana Lúcia Moreira Yoda aceitou falar. A empresa realizava as auditorias na barragem até ser substituída, no segundo semestre de 2018, pela Tüv Süd, segundo ela, por divergências com a Vale em relação a parâmetros e critérios de análise.

A engenheira disse também que, até o momento em que a Tractebel prestava serviço para a Vale, não havia indício de

instabilidade, nem qualquer elemento que pudesse indicar um risco iminente.

Para o senador Jaques Wagner (PT-BA), a independência do trabalho das auditorias poderia ser garantida com a contratação de seguros.

— O melhor seria obrigarmos as mineradoras a fazerem seguro das barragens. Porque a fiscalização seria de outro nível, um embate de capital contra capital, entre o proprietário da barragem e a seguradora — opinou o senador.

Colegiado fará debate sobre regularização ambiental

A comissão mista da medida provisória que estende até 31 de dezembro o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) pelo proprietário ou posseiro inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR) aprovou ontem o plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado Sérgio Souza (MDB-PR).

Na próxima quarta-feira, a comissão da MP 867/2018 fará audiência com representantes do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Instituto Socioambiental (ISA), entre outros.

No dia 16, o colegiado debaterá a MP com representantes do Ministério

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Meio Ambiente, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Embrapa.

Votação

O prazo de vigência do texto, que recebeu 35 emendas, foi prorrogado até 3 de junho.

O relatório da MP deverá ser apresentado no dia 23 e votado pelo colegiado no dia seguinte.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) defendeu o aprofundamento de debates sobre a medida.

Presidente da comissão, a senadora Juíza Selma (PSL-MT) disse que as audiências públicas não deverão fugir do escopo da MP, ao rechaçar a discussão de emendas que propõem alterações no Código Florestal.

De acordo o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), a aprovação da MP é fundamental para dar segurança jurídica a artigos do Código Florestal, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) já tenha reconhecido a validade do código. O deputado destacou que a produção de alimentos é compatível com a defesa do meio ambiente e ressaltou que a maioria dos produtores rurais e agricultores familiares não cumpriu os prazos da legislação em razão da falta de apoio do governo.

Na exposição de motivos da MP, o governo explica que que a MP prorroga somente a solicitação de adesão ao PRA, mas mantém o prazo para o término do requerimento de inscrição no CAR, necessária para acesso ao crédito rural.

Para reduzir desemprego, Arns quer qualificação

Flávio Arns (Rede-PR) defendeu a necessidade de aumentar a qualificação de jovens e adolescentes. Segundo ele, mais de 50% dessa parcela da população não estuda e não trabalha, o que exige ainda mais atenção do poder público. O senador lembrou iniciativas voltadas para a qualificação, como cursos ofertados por integrantes do Sistema S.

— Ter um diploma de qualificação ou de profissionalização de um Senac, na área do comércio, dos serviços, do turismo, ou do Senai, na área da indústria, ou do Senar, na área da agricultura, só esse certificado já abre portas.



Previdência não é deficitária, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o sistema previdenciário do Brasil é viável e que o déficit apontado pelo governo é resultado da má gestão e de sonegação. O senador criticou a PEC da Previdência (PEC 6/2019), que muda o sistema de solidariedade para o de capitalização, que se baseia na poupança individual do contribuinte. Paim, que presidiu no ano passado a CPI da Previdência, destacou os dados ali levantados, segundo os quais o sistema previdenciário do Brasil não é deficitário.

— É possível nós usarmos o trabalho da CPI para mostrar que a Previdência é viável.



Isenção do IR para maiores de 75 anos é aprovada na Comissão de Assuntos Sociais

O Imposto de Renda não deverá ser descontado de pessoas com mais de 75 anos de idade, desde que o rendimento não ultrapasse quatro vezes o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, hoje de R\$ 5,8 mil. É o que determina um projeto

aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o autor do PL 582/2019, senador Alvaro Dias (Pode-PR), o objetivo da proposta é estimular investimentos e formação de poupança com o imposto que deixa de ser descontado, para

a garantia de melhores condições de vida na terceira idade.

O relator do projeto, senador Romário (Pode-RJ), considerou excessiva a isenção total dos rendimentos integrais dos maiores de 75 anos pretendida no texto original, afirmando que isso poderia

provocar “efeitos concentradores de renda”. Por considerar a questão complexa, Romário apresentou emenda que limita a isenção do imposto.

“Essas pessoas não recebem benefícios da Previdência porque nunca precisaram dela depender. Em tais casos,

a concessão de isenção ilimitada do Imposto de Renda representaria uma benesse excessiva a quem dela não necessita”, justifica Romário no relatório.

A proposta seguiu para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Aprovado acúmulo de cargos por militar estadual

Proposta de emenda à Constituição que permite o exercício da função em conjunto com a de professor ou a de profissional da saúde está pronta para promulgação

O SENADO APROVOU a proposta que permite a militares a acumulação do cargo com as funções de professor ou profissional da saúde. A mudança vale para integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. A PEC 141/2015 é de autoria do ex-deputado Alberto Fraga.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que irá convocar uma sessão solene do Congresso para a promulgação da Emenda Constitucional.

Uma regra geral da Constituição proíbe a acumulação de cargos no serviço público. Algumas exceções são previstas, quando houver compatibilidade de horários: servidores

civis podem desempenhar dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico, ou dois cargos de profissional de saúde.

A PEC estende esse benefício aos militares estaduais. Em todos os casos, os profissionais que acumulam cargos devem respeitar o teto de remuneração no serviço público. No caso dos estados, o valor do salário do governador.

Reconhecimento

Foram 67 votos a favor da proposta e nenhum contrário. Os senadores consideraram a PEC como um avanço no reconhecimento da capacidade dos policiais e bombeiros militares. — Não tenho dúvida de que



Projeto vale para policial e bombeiro, se houver compatibilidade de horários

essa PEC está fazendo justiça a esses patriotas que cuidam dos brasileiros todos os dias — disse Davi.

Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),

Antonio Anastasia (PSDB-MG) considerou a medida benéfica inclusive para a administração pública, que poderá realizar menos contratações para prestar serviços.

“Isso permitiria ao Estado

se valer de mão de obra altamente qualificada em setores absolutamente carentes como a educação e a saúde, cuja universalização é assegurada por obrigação constitucional. Seria mais vantajoso ao Estado, em período de severa restrição fiscal, uma situação em que militares exerçam de forma cumulativa esses cargos”, argumenta Anastasia no relatório.

O senador incluiu uma emenda de redação ao texto enviado pela Câmara dos Deputados: na hipótese de acumulação com cargo civil, o militar tem que dar prioridade à atividade no quartel. Esse tipo de emenda não exige nova análise da Câmara, por isso a proposta vai a promulgação.

Audiência aponta contas altas em telefonia celular

O alto valor das contas, a baixa qualidade do serviço e o volume de impostos cobrados nas telecomunicações foram criticados ontem em audiência na Comissão do Senado do Futuro (CFS). O debate foi requerido por Mecias de Jesus (PRB-RR), presidente da CSF.

Atualmente, há no Brasil 230 milhões de usuários de telefonia, 88% dos quais usam telefone celular. O governo federal mantém 2.874 serviços digitais de 180 órgãos públicos. Os senadores reclamaram que as operadoras cobram do consumidor o acesso a esses serviços

gratuitos, por meio dos pacotes de uso de dados no serviço móvel. Para o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Diogo Moyses Rodrigues, o sistema de cobrança de dados é altamente injusto. E em paralelo, os impostos são muito altos.

Styvenson Valentim (Pode-RN) disse que os aparelhos celulares atualizam aplicativos e sistemas mesmo quando não estão sendo usados, o que consome dados, e que são 4 milhões de denúncias e reclamações à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

contra essas operadoras.

Rodrigues afirmou que uma parcela de 1,5% é cobrada das contas telefônicas para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Porém, os recursos não são usados nas finalidades para as quais o fundo foi criado.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Igor Britto disse que as operadoras queriam cobrar o serviço fixo por volume, e não por velocidade, como fazem com o móvel, e que “a OAB foi uma das entidades que peitou essa tentativa”.

Criminalização de caixa dois aguarda emendas na CCJ

Proposta que criminaliza o uso de caixa dois nas campanhas eleitorais está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PL 1.865/2019) aguarda a apresentação de emendas e tem como relator o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

O projeto torna crime o ato de “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar qualquer recurso, valor, bens ou serviços estimáveis em dinheiro paralelamente

à contabilidade exigida pela legislação”, e estabelece pena de reclusão de 2 a 5 anos, se o fato não constituir crime mais grave. De acordo com o texto, quem doar ou fornecer recursos, valores, bens e serviços como caixa dois incorre na mesma pena. Da mesma forma, os candidatos e integrantes dos órgãos dos partidos políticos que concorrerem para a prática de caixa dois. O agente público que colaborar para esse tipo de crime terá a pena aumentada

de um a dois terços.

O texto foi apresentado pela senadora Eliziane Gama (PPS-MA) e outros senadores como uma estratégia para agilizar parte do “pacote anticrime”, encaminhado pelo ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro, ao Congresso.

Enquanto o pacote de Moro tramita a partir da Câmara, o texto de Eliziane parte do Senado, deixando os deputados priorizarem a reforma da Previdência.

Comissão de MP sobre dados pessoais aprova cronograma

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP 869/2018) destinada a votar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 2018) aprovou o plano de trabalho ontem. Presidido pelo senador Eduardo Gomes (MDB-TO), o colegiado elegeu o deputado JHC (PSB-AL) como vice e o senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) como relator-revisor.

Além de normatizar a Lei

Geral de Proteção de Dados Pessoais, o texto cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), cuja criação havia sido vetada na sanção da legislação original sob o argumento de inconstitucionalidade por vício de iniciativa (o Executivo, não o Legislativo, deveria criar o órgão).

A MP exclui da lista de dados pessoais protegidos prevista na Lei Geral as informações destinadas a elaboração de

políticas públicas, prestação de serviços por órgãos estatais e pesquisa acadêmica.

A previsão para a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais entrar em vigor é fevereiro de 2020, ou seja, 18 meses após a sua publicação, que ocorreu em agosto do ano passado. A medida provisória modifica esse prazo: com exceção da ANPD, estende por mais dois anos o prazo para a entrada em vigor da legislação.

Senado inclui Antônio Conselheiro no Livro dos Heróis da Pátria

O Plenário do Senado aprovou ontem a inclusão do nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. O PLC 185/2017, da deputada Luizianne Lins (PT-CE), segue para sanção presidencial.

Conselheiro é visto como símbolo da liderança social na comunidade de Canudos, no interior da Bahia, que muito incomodou os republicanos da época. Ele morreu dias antes do fim da guerra, em 5 de outubro de 1897. Parte do contexto da sua história é contada no clássico da literatura *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 1902.

O relator da proposta, o ex-senador José Pimentel, argumentou a favor da aprovação por conta do “exemplo de liderança, empreendedorismo e compromisso social demonstrado por Antônio Conselheiro, a representatividade de sua história para o povo nordestino e para a formação da identidade da nação”.

O *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* é um documento que tem o objetivo de preservar os nomes de figuras que marcaram a história do Brasil. O chamado Livro de Aço encontra-se no Panteão da Pátria, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Kajuru quer mudar forma de escolha de membros do STF

Jorge Kajuru (PSB-GO) sugeriu que o Senado inicie o debate sobre a forma de nomeação dos membros do Superior Tribunal Federal (STF). Atualmente os ministros da Suprema Corte são indicados pelo presidente da República e submetidos a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Aprovados, assumem mandatos vitalícios.

— Temos que redefinir os critérios e competências para a composição do STF e, sem temor, definir a norma aplicável à destituição dos ministros que o compõem.

O senador considerou que o STF tem “excesso de poder”.



Waldemir Borges/Agência Senado

Arolde defende PEC do Orçamento Impositivo

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) manifestou apoio ontem à proposta de emenda à Constituição que determina a execução obrigatória de emendas parlamentares de bancada. A PEC 34/2019 foi aprovada ontem em Plenário, depois de ter sido acatada pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— O Orçamento é a peça fundamental de toda a governança. As democracias maduras usam o orçamento impositivo — afirmou.

O texto obriga a execução das emendas de bancada, mas se limitará a 1% da receita corrente líquida do exercício financeiro anterior.



Waldemir Borges/Agência Senado

Relator é contra o fim da cota para mulheres

Parecer de Contarato rejeita texto que propõe acabar com a cota mínima por partido de 30%, por gênero, em candidaturas proporcionais. Projeto abre pauta da próxima reunião da CCJ

O PEDIDO DE rejeição do projeto que acaba com as cotas para mulheres na política, foi lido ontem pelo relator, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PL 1.256/2019 revoga a reserva de ao menos 30% de vagas por gênero nas candidaturas proporcionais. O autor da proposta, senador Angelo Coronel (PSD-BA), pediu o adiamento da discussão por estar hospitalizado. O debate será retomado na próxima reunião da comissão, e o texto será o primeiro item da pauta.

Contarato, apesar de se solidarizar com o momento delicado de saúde de Coronel, lamentou o pequeno número de senadores presentes. Ele

disse que “não é crível nem razoável” que um assunto tão importante não atraia interessados e seja discutido em sessões esvaziadas.

Coronel justifica o texto pelas denúncias de que alguns partidos compelem mulheres a entrar no processo eleitoral apenas para assegurar o percentual mínimo exigido de 30% de candidaturas femininas. Seriam candidaturas-laranja, ou seja, não haveria investimento real para que fossem eleitas. O relator, no entanto, votou pela rejeição do texto.

— O projeto tem a boa intenção de evitar as fraudes, mas infelizmente atenta contra a mais importante conquista das mulheres desde o direito ao voto estabelecido em 1932

— defendeu Contarato.

Segundo ele, cota é ação afirmativa, resultado de lutas feministas, já foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o debate com a intenção de

eliminá-la não deveria surgir motivado pela “ousadia de afrontadores da lei”.

Como contraponto, Contarato anunciou já ter apresentado proposta que torna paritária a distribuição das candidaturas,

elevando o atual percentual de 70% e 30% nas listas partidárias de candidaturas proporcionais.

— No que depender de mim, a igualdade vai começar aqui, 50% para homens e 50% para mulheres — afirmou.



Fabiano Contarato e Marina Silva na Comissão de Constituição e Justiça

Marina Silva

Contarato e os senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) celebraram a presença da ex-senadora e ex-ministra Marina Silva, que veio a Brasília acompanhar a votação.

— Sua presença tem um peso muito grande, por representar a figura da mulher pioneira em diversos segmentos e setores da sociedade — disse a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS).

Contarato explica parecer que rejeita projeto contra cotas

Relator na Comissão de Constituição e Justiça do projeto que prevê a extinção da cota mínima de 30%, por gênero, nas candidaturas proporcionais, Fabiano Contarato (Rede-ES), manifestou voto contrário à proposta.

O senador disse que apesar de não fazer menção a qualquer dos gêneros a ser beneficiado com a cota mínima, a legislação eleitoral, como avaliou, reflete o preconceito no Brasil, já que o dispositivo passou a ser conhecido como o que estabelecia cotas mínimas para mulheres nos partidos.

Contarato conclamou as mulheres a se filiarem aos partidos políticos.

Zenaide comemora aprovação de texto sobre benefício

Zenaide Maia (Pros-RN) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais, do projeto que eleva o limite da renda familiar para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

— Hoje são R\$ 249 que cada morador daquela casa tem que ter para poder receber o Benefício de Prestação Continuada. E, com esse projeto de lei, a gente aumenta para mais de R\$ 590. Quer dizer, é uma coisa que, num momento de crise como este, a gente fica feliz em poder aprovar.



Valdemir Boreto/Agência Senado

Avança proposta que aumenta limite de renda familiar para receber BPC

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que aumenta o limite da renda familiar per capita para idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência que têm direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O PLS 374/2018 recebeu parecer favorável do relator, Romário (Pode-RJ), e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O benefício passará a ser pago à família cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a três quintos do salário mínimo vigente (R\$ 598,80 hoje). Atualmente o valor do BPC equivale a um quarto do salário mínimo (R\$ 249,50).

Criado pela Constituição de 1998, o

auxílio é pago a idosos e pessoas com deficiência sem meios de se manter ou de serem sustentadas pela família.

A comissão rejeitou requerimento da senadora Juíza Selma (PSL-MT) para suspender a análise do texto, a fim de aguardar a chegada ao Senado da reforma da Previdência (PEC 6/2019).

Romário agradeceu aos senadores por terem rejeitado o requerimento, destacando a importância do BPC para quem mais precisa do benefício. Ele enfatizou que o BPC é significativo para muitas famílias e que o projeto dará “um passo adiante” em favor daqueles que dependem do benefício.

— Esse valor não é o ideal, mas já ajuda quem vive momentos difíceis.

Comissão vai priorizar pauta feminina e apoio a pessoas com espectro autista

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) deve votar hoje, na semana do Dia Mundial da Conscientização do Autismo (2 de abril), o projeto que assegura atendimento prioritário à pessoa com transtorno do espectro autista. O PLS 260/2018, do ex-senador Eduardo Lopes, estabelece o uso do laço colorido, símbolo mundial do autismo, para identificar prioridade a essas pessoas.

Elas são consideradas, para todos os efeitos legais, pessoas com deficiência,

que, com idosos, gestantes, pessoas obesas e crianças de colo, já têm prioridade assegurada pela legislação. Porém, ainda não há um tipo de identificação que garanta esse direito.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Lasier Martins (Pode-RS). “O sinal da fita colorida tem uma função educativa para o público, e dá segurança, para o autista, de que seu direito ao atendimento prioritário deve ser respeitado. O mérito é ainda maior

se considerarmos que essa medida poupará constrangimentos indevidos às pessoas com transtorno do espectro autista que geralmente já enfrentam barreiras nas interações sociais”, observa o senador no parecer.

Na terça-feira, o Congresso foi iluminado na cor azul para alertar a sociedade para as necessidades dos autistas.

Também está na pauta de votação da CDH o PLS 423/2018, que visa proteger as mulheres de violência doméstica.

O projeto, de Kátia Abreu (PDT-TO), determina que só será permitida a revogação da prisão preventiva de agressor após a emissão de laudo psicológico que estime a improbabilidade de reincidência ou de agressão contra outras mulheres. A proposta também sugere a necessidade do laudo psicológico para a eventual liberação do agressor, independente de fiança. A relatora, Mailza Gomes (PP-AC), emitiu parecer favorável.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MP de empresas de energia passa em colegiado

Medida provisória viabilizou privatização da Amazonas Energia e da Companhia Energética de Alagoas, leiloadas em dezembro. Texto vai aos Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que viabilizou a privatização de empresas de energia aprovou ontem o relatório do deputado Edio Lopes (PR-RR), favorável à MP 855/2018. A medida trata das condições para a privatização de duas empresas controladas pela Eletrobras: a Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal), leiloadas em dezembro. O texto agora será votado na Câmara dos Deputados e, se aprovado, seguirá para o Senado.

O deputado informou que foram apresentadas 40 emendas e ele acatou 8, de forma parcial ou integral. De acordo com ele, a MP pode ajudar a inaugurar um novo tempo na distribuição de energia nos dois estados, com um serviço público prestado de maneira eficiente e com qualidade.

— As disposições da MP são essenciais para garantir



Usina termelétrica na cidade de Rio Preto da Eva (AM): medida dá condições para privatizar a Amazonas Energia

a sustentabilidade do fornecimento de energia elétrica, especialmente no estado do Amazonas, envolvendo tanto as atividades de geração quanto a de distribuição — afirmou.

Os deputados José Rocha (PR-BA) e Carlos Zarattini (PT-

-SP) elogiaram o trabalho do relator. Zarattini, porém, disse entender que algumas disposições poderiam ser incluídas na MP para fortalecer o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ele foi o único voto contrário à aprovação da MP. O presidente da comissão,

senador Wellington Fagundes (PR-MT), também elogiou o texto do relatório e agradeceu o apoio de todos os membros da comissão.

A MP, cujo prazo expira no dia 23, determina que a Amazonas Energia receba até R\$ 3 bilhões para cobrir despesas

com combustível comprado da Petrobras para uso na geração de energia elétrica entre 1º de julho de 2017 e a data da transferência do controle acionário para o novo operador.

O dinheiro, de fundos do setor energético, deveria ser repassado em 60 parcelas para o concessionário que arrematasse as distribuidoras.

Carência

O texto da medida também estabeleceu carência de cinco anos para a nova concessionária cumprir requisitos de eficiência econômica e energética estabelecidos pela Aneel. A MP aborda ainda a permissão para troca de contrato entre termelétricas de um mesmo proprietário e o custo de transporte em gasodutos. Essas medidas buscaram tornar as empresas atraentes para investidores privados nos leilões de privatização.

Debate aponta vantagens e dificuldades das pequenas produtoras de energia

Senadores e especialistas em energia elétrica debateram ontem, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, os avanços e gargalos das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e das centrais geradoras hidráulicas (CGHs). Elas representam cerca de 3,59% da capacidade de geração de energia a partir de fontes renováveis já instalada no Brasil. PCHs são usinas com potência até 30 MW, e as CGHs têm potência de até 5 MW (para estas, é dispensada a outorga pelo governo federal).

Atualmente a capacidade de fontes renováveis de energia já instaladas no Brasil é de 163,8 mil MW, sendo assim distribuídos: PCHs e CGHs (3,59%), hidráulica (63,75%), eólica (9,09%), solar (1,27%) e biomassa (9%). O Brasil gera energia também a partir de combustíveis fósseis, como petróleo e gás, em termelétricas.

O secretário-adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Hélvio Guerra,

destacou que, embora o Brasil tenha demorado a investir nas matrizes renováveis eólica e solar, o mercado vem se expandindo: em 2017, a matriz brasileira tinha 80% de fontes renováveis. A expectativa do plano decenal de expansão é chegar a quase 87% em 2027, com expectativa de crescimento de 3,6% ao ano. O custo dessas fontes vem caindo, porém, observou Guerra, elas dependem de fatores como vento e sol, enquanto as PCHs contam com disponibilidade da água a todo o tempo.

Há maior potencial para produção de energia em PCHs no Sul (39%), no Centro-Oeste (32%) e no Sudeste (21%). Segundo análise feita pela Aneel, se eles virarem realidade, devem injetar R\$ 63 bilhões na economia dos estados.

O presidente da Associação Brasileira de PCHs, Paulo Arbex, estima que há potencial para investimentos de R\$ 168 bilhões em todo o país. Ele criticou o modelo termelétrico fóssil. Segundo o especialista, de 2013 a 2015 o Brasil “queimou R\$ 89 bilhões com

térmicas para uma quantidade de energia minúscula”. Arbex defendeu o uso das usinas hidrelétricas com reservatórios, em vez de termelétricas. Para ele, as hidrelétricas não prejudicam nossos rios. “Quem faz isso são os esgotos”, avalia.

— As térmicas emitem carbono. As solares têm o descarte de placas. Enfim, todos têm impacto no meio ambiente.

Arbex defendeu um programa para restabelecer a isonomia do setor elétrico e a implantação, com urgência, da tarifa horária.

-MT) questionou se as características das barragens de mineração e do setor energético são parecidas. Ross mostrou grandes diferenças entre os dois modelos, desde a concepção dos projetos. O Brasil é referência de tecnologia e segurança de barragens hidroelétricas, disse.

Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que as PCHs têm contribuído com as economias locais, porque o empreendimento gera energia, emprego e desenvolvimento onde está instalado. Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que é o desenvolvimento sustentável é possível, e exemplificou com o linhão aéreo que atravessa a Amazônia para chegar a Manaus sem destruição da floresta.

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que, quando o Brasil crescer em passos mais largos, precisará de energia. Kátia Abreu (PDT-TO) sugeriu a simplificação do licenciamento ambiental e disse que a venda de energia no mercado livre pode favorecer muito os pequenos produtores.



Hélvio Guerra fala em audiência pública comandada por Vanderlan (C)

Eletrobras

Representante da Eletrobras, o conselheiro Jonatan Ross disse que o mix de energia é a base do sistema. A carteira de usinas da Eletrobras representa cerca de 30% da capacidade energética instalada brasileira. Ele reconheceu que o número de PCHs não é representativo nessa carteira: elas respondem por cerca de 100 megawatts dentro dos 50 mil produzidos.

Wellington Fagundes (PR-

Subcomissão vai fiscalizar conclusão das obras da Usina de Belo Monte, no Pará

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a criação de uma subcomissão, formada por três senadores, responsável por fiscalizar a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA). O pedido partiu de Zequinha Marinho (PSC-PA), que lembrou que o cronograma prevê a implantação total da usina em dezembro.

“Uma das funções do Senado

é fiscalizar e controlar o Poder Executivo, portanto também somos responsáveis caso alguma condicionante do plano básico ambiental (PBA) não seja devidamente executada”, justifica.

Gerenciamento

O PBA define o gerenciamento ambiental de uma obra, e o não cumprimento das ações pode implicar a suspensão

ou até mesmo a cassação das licenças ambientais”, explica o senador no requerimento.

Também foi aprovada a avaliação da Política de Centros de Desenvolvimento Regional (Projeto CDR), desenvolvida em escala-piloto pelo Ministério da Educação, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes).

O presidente da comissão, Izalci Lucas (PSDB-DF), explicou que o Projeto CDR articula a interação de atores locais, como governos, prefeituras, empresários, universidades e instituições científicas. O grupo analisa potencialidades para o desenvolvimento sustentável e vocações para atividades econômicas de pequenas localidades, formadas por três ou quatro municípios.

A partir daí, é traçado um plano de desenvolvimento da região para 20 anos.

A comissão também aprovou audiências sobre estratégias de revitalização do Rio São Francisco, sobre a proposta que modifica os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PLS 465/2018) e para discutir a limitação de acesso de barracas e empreendimentos privados a praias.

Debate pede medidas contra o tráfico de anabolizantes

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Romário disse que enviará comunicado à Polícia Federal e às polícias locais para fechar todos os eventos do país que tiverem a participação direta de doping

O PODER PÚBLICO perdeu o controle sobre o tráfico de anabolizantes nas academias brasileiras, afirmou o presidente da Confederação Brasileira de Musculação e Fisiculturismo, Mauricio de Arruda Campos. O país tem mais de 30 mil estabelecimentos com 14 milhões de praticantes de atividades físicas, afirmou Campos em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre denúncias de doping em treinamentos e competições.

— O corpo que um fisiculturista demoraria 10 ou 15 anos para conseguir, a moçada quer conquistar em poucos meses. E o poder público não está fazendo absolutamente nada para mudar isso — afirmou.

Ele destacou que o uso de drogas para a “melhoria de performance” é um problema de todos os esportes, mas destacou que, ao longo deste ano, o Brasil deve receber eventos de fisiculturismo promovidos por uma organização norte-americana, a National Physique Committee (NPC), que foi banida da Confederação Internacional de Fisiculturismo (IFBB) e da Agência Mundial Antidoping (Wada) por incentivar o uso de anabolizantes.

O presidente da CAS, senador Romário (Pode-RJ), autor do



André Siqueira fala em audiência pública dirigida por Romário (C)

requerimento para a audiência, anunciou que vai pedir aos órgãos de segurança que impeçam a realização de eventos de fisiculturismo que se recusem a fiscalizar o doping ou o uso de substâncias anabolizantes.

— A gente vai fazer um comunicado à Polícia Federal e às polícias locais para fechar todos os eventos que tiverem a participação direta de doping. Fui atleta e sei do significado do doping. Trata-se de uma praga. É um crime que desmoraliza o esporte e compromete a saúde de milhares de brasileiros.

O diretor técnico da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), André Siqueira, disse que o doping “é contra tudo que se prega no esporte”. Em 2018, o órgão

realizou 7.600 testes de controle de dopagem em atletas de 50 modalidades, mas ele reconheceu que a ação da ABCD e do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem fica limitada no caso de eventos promovidos por entidades sem vínculos com a IFBB e a Wada.

O advogado Alexandre Dias Bortolato, representante da IFBB no Brasil, denunciou a participação de médicos, nutricionistas e treinadores em um esquema de aliciamento de atletas para o doping. Ele sugeriu a aprovação de um projeto de lei para criminalizar essa prática.

— O tráfico de anabolizante já é crime, mas também é preciso punir criminalmente o doping.

Aprovada criação de política nacional de prevenção ao suicídio

O Plenário aprovou ontem o projeto que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União em cooperação com estados e municípios. O PL 1.902/2019 vai à sanção. A proposta do ex-deputado Osmar Terra, ministro da Cidadania, foi aprovada pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto estabelece atendimento telefônico gratuito e notificações compulsórias de tentativas de suicídio e torna obrigatório o atendimento pelos planos e seguros de saúde.

Autor do parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Marcos Rogério (DEM-RO) disse que as práticas de automutilação vêm sendo



Para o relator, Marcos Rogério, internet estimula automutilações

estimuladas pela internet. Ressaltou que a proposta está em consonância com uma portaria do Ministério da Saúde. A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), parabenizou o governo pela iniciativa. Eduardo Girão (Pode-CE) disse que a proposta valoriza a vida, e Rose de Freitas (Pode-ES) cobrou mais atuação do Estado.

Projeto exige vacinação para entrada na educação básica

Está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei que condiciona a matrícula no ensino infantil e fundamental à comprovação de imunização por meio da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento que a substitua (PL 1.716/2019).

De acordo com a proposição, de Lucas Barreto (PSD-AP), a dispensa da exigência da caderneta só será admitida em caso de apresentação de atestado médico de contraindicação explícita da aplicação da vacina. Ambos serão considerados documento público.

O senador destaca a importância da aprovação da proposta mediante o crescimento

do sentimento antivacina e da desinformação que se propaga pelas mídias sociais, o que confronta, segundo o autor, um sistema consolidado de décadas de reafirmação da segurança da imunização.

“O projeto visa contribuir para ampliação da cobertura vacinal, bem assim para reduzir as possibilidades de disseminação de doenças controláveis, permitindo, em casos excepcionais, a apresentação de atestado que contraindique, no caso específico, a vacinação”, defende.

Caso aprovado pela CAS, o projeto será enviado para decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Votação de MP sobre Santas Casas é adiada para terça

A comissão mista adiou para a próxima terça-feira a votação da medida provisória que regulamentou pontos pendentes relativos às operações de financiamento para entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). Após a leitura do relatório, da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), os integrantes da comissão mista da MP 859/2018 pediram vista coletiva.

A medida é um desdobramento da MP 848/2018, que criou uma linha de crédito com

recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos. Antes, o FGTS só podia ser aplicado em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. A MP 848 já foi transformada em lei, mas na prática os empréstimos ainda não estavam sendo feitos por pendências na regulamentação.

“Esta nova medida aperfeiçoa a sistemática das operações previstas pela MP 848, muitas das quais já autorizadas, mas não operacionalizadas. Esse cenário, no qual instituições

filantrópicas em situação de grande dificuldade aguardam o socorro governamental, já justifica o caráter emergencial”, afirma a relatora.

De acordo com o governo, a MP determinou um prazo para que os empréstimos possam ser feitos: até o fim de 2022. Outra pendência resolvida pela MP foi a permissão para que as taxas de juros dos empréstimos tragam embutido um percentual para suportar o risco dessas operações. O risco será definido pelo Conselho Curador do FGTS, desde que limitado a 3%.

PEC permite que jornalista acumule 2 cargos públicos

Aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça e (CCJ) proposta para viabilizar o acúmulo de dois cargos públicos de jornalista. A PEC 29/2019 foi apresentada por Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB).

O senador argumenta que outros profissionais já podem acumular cargos. A Constituição garante a

ocupação de dois cargos de professor, de um de professor e outro técnico ou científico e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, desde que exista compatibilidade de horários.

Com a alteração proposta, jornalistas passam a ter o mesmo benefício.

Veneziano também reconhece no texto que as normas

sobre carga horária de cinco horas para jornalistas não é cumprida em todos os órgãos de serviço público.

Contudo, ele enfatiza que existe o reconhecimento das especificidades da atividade e a necessidade de ajuste das jornadas. E ressalta que o acúmulo de cargos só pode ser feito com base na compatibilidade de horários.

Lucas: Estado tem que garantir acesso a vacinas

Lucas Barreto (PSD-AP) detalhou projeto que condiciona a matrícula no ensino infantil e no fundamental à comprovação de imunização pela Caderneta de Saúde da Criança ou documento que a substitua (PL 1.716/2019).

— O objetivo não é impedir o acesso à educação, o que seria absurdo, especialmente quando o poder público falta com as obrigações. Se há obrigatoriedade da vacinação, o Estado deve fazer seu papel na adoção de políticas que assegurem a todos o acesso à vacinação, para que seja possível exigir o atestado de imunização como condição de acesso ao ensino básico.



Amin cobra do STF ação que delimita mar entre SC e PR

Esperidião Amin (PP-SC) cobrou ontem do Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento de ação cível de 1991 que pode solucionar o problema de demarcação de limites marítimos entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. O governo catarinense discorda dos critérios do IBGE para estabelecer a divisa.

O senador explicou que a ação deveria ser julgada hoje, mas acabou sendo retirada de pauta, sem qualquer justificativa.

— São 28 anos esperando por justiça, o meu estado se sente ainda mais maltratado, lembrando a frase de Rui Barbosa, que dizia que a justiça prestada muito tarde se converte numa injustiça.